



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

MASCULINIDADES PREDATÓRIAS, ÓDIO CONTRA AS MULHERES E NECROPOLÍTICA: UM ESTUDO A PARTIR DO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Elismênnia Aparecida Oliveira (1); Gabriela Peixoto Vieira Silva (2)

Faculdade de Ciências Sociais - PPGS - Universidade Federal de Goiás, mennalis@gmail.com

Faculdade de Ciências Sociais - PPGS - Universidade Federal de Goiás, gabrielapvs@gmail.com

Resumo: Neste trabalho trazemos como arcabouço teórico os estudos feministas, subalternos e decoloniais para pensar os conceitos de masculinidade predatória, feminicídio e necropolítica como chaves explicativas do atual cenário político, principalmente o partidário, brasileiro. Partindo de uma pesquisa de base teórica documental, em um primeiro momento, apontamos o entrelaçamento dessas categorias considerando como um período de propagação das masculinidades predatórias o processo de colonização e o surgimento do sistema capitalista global, para em um segundo momento explicar como resultados: a) as relações dualistas e hierárquicas de gênero; b) os impedimentos da participação das mulheres na esfera política partidária; c) a formação de um sistema de leis, recursos e de ensino, predominantemente, sustentados em hierarquias masculinas racializadas; d) e o acirramento de crises sociais com a reordenação da subalternização em estruturas racistas e sexistas. Essas questões serão por fim lançadas ao cenário e contexto político pós-golpe de 2016 como um momento de alta exposição pública e midiática de masculinidades predatórias que tem influenciado na baixa participação de mulheres em cargos políticos, na redução de investimentos públicos em diversas áreas sociais e na presença de discursos e propostas sociais e econômicas fundamentalistas pautadas em posturas estatais de necropolítica.

Palavras-chave: Masculinidades; ódio contra mulheres; necropolítica.

Introdução

Desde a década de 1950 diversas pesquisas e publicações nas áreas das humanidades vem indicando a colonização como um advento político social reorganizador de relações internas e externas em distintas sociedades graças a sua influência na reestruturação de relações econômicas e sociais resultantes na modernidade e na globalização.

Embora seja reducionista apresentar um surgimento anterior a essas teorias, são apontados alguns autores como Frantz Fanon,

Aimé Césaire, Albert Memmi, até que a partir da década de 1970, são citadas várias autoras e autores dos estudos subalternos e decoloniais (CURIEL, 2007; BALLESTRIN, 2013). Ochy Curiel (2007) fala da importância de escritas e movimentos feministas para os temas tratados nessas vertentes, e anteriores a elas, e indica que na vasta produção de saber é complexo realizar genealogias que não considerem a ‘coexistência de produções’, ou seja, várias outras autorias



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

de pesquisadoras e pesquisadores são renomadas para pensar a importância e influência no mundo que teve a colonização, bem como para elaborar estratégias, tais como Paulo Freire, Milton Santos, Lélia Gonzalez, bell hooks, Glória Anzaldúa, Gayatri Spivak, só para citar algumas das mais conhecidas.

Para elaborarmos esse trabalho fizemos, diante desse vasto campo de estudos, uma escolha por autoras e autores, a partir especificamente, do conceito ‘mundo moderno colonial de gênero e raça’, como resultado da junção entre os estudos subalternos, decoloniais e das vertentes feministas. Esse conceito é importante por dar conta de questões como o racismo heteronormativo na construção de masculinidades predatórias em ascensão no sistema político local global. Nesse sentido, entendemos o Brasil como um estado-nação construído a partir da interação internacional em que está inserido.

O conceito de sistema mundo moderno de gênero e raça é um conceito que surgiu a partir da leitura de textos de Immanuel Wallerstein, Anibal Quijano, Walter Dignolo, Santiago Castro-Gómez, Maria Lugones, Silvia Federici e Achille Mbembe. É a partir

da obra de Immanuel Wallerstein, sobre o sistema mundo, que autores decoloniais, Anibal Quijano, Walter Dignolo e Santiago Castro-Gómez, esboçam parte de uma teoria que descrevem o surgimento da modernidade e da globalização como a construção de um aparato social de conexão entre países e continentes ao estabelecer uma ordem social de reorganização geopolítica. Essa ordem política, ao contrário de ser entendida como um processo de desenvolvimento natural da humanidade para a modernidade, graças a industrialização e ao desenvolvimento da tecnologia e do processo civilizatório, é apontada nos estudos decoloniais como a criação de um sistema de governabilidade sustentado pela diferença colonial, pela exploração e pela manutenção de hierarquias dualistas que justificam a subordinação e a pilhagem de países e grupos sociais. Essa diferença colonial (MIGNOLO, 2003; 2009), marca a diferença hierárquica entre o que é moderno e o que é ancestral / ‘primitivo’, o que é local, e o que é global, o que é natureza e o que é cultura, sendo então a justificativa entre o que é colonizado como ruim e inferior como contrário ao que é do colonizador, como bom e desenvolvido.

Ainda de acordo com Dignolo (2003; 2009), Quijano (2005; 2007) e Castro-Gómez (2005),



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

a

colonização possibilita o desdobramento de uma estrutura social, uma governabilidade, amplamente pautada na racialização das formas de trabalho e de organização política social do mundo, estabelecendo novas formas de ‘organizar e pensar’ sociedades por meio de hierarquias. Desta forma, tanto a formação dos estados-nação, quanto a dos direitos dos cidadãos, é efetivada a partir da construção de uma identidade como a mais completa e com maior amplitude de poder: a de homens, brancos, hétero, com posses e bens, capitalistas e cristãos (GONZALEZ, 1996; CASTRO-GOMEZ, 2005).

A masculinidade se forma enquanto identidade de direitos em contrapartida e comparativamente ao que foram sendo construídas como ‘identidades de minorias’. A partir dessa masculinidade hegemônica, conceituada nos estudos de masculinidades, que pensamos a masculinidade predatória. Nesse contexto, como aponta Michael Kimmel (1998; 2013), e Robert Connel e James Messerschmidt (2013, ainda que a masculinidade seja um processo identitário complexo, sem uma essência prévia, essa construção acontece, e tem variações ao longo da vida, por meio das interações com marcadores de raça, gênero, etnia, sexualidade

e idade entre mulheres e homens. Nesse sentido, ao conceituar ‘masculinidade predatória’, nos interessam essas ligações de construção identitária a partir da aversão a minorias. Embora seja um tema pouco estudado, menos ainda que a branquidade, algumas masculinidades pode ser pensadas como um ‘valor colonial’ manifesto no patriarcado branco sobre a vida das mulheres e populações negras e indígenas. Essa masculinidade hegemônica é pensada por nós, nesse trabalho, como predatória a partir da junção da teoria de Silvia Federici, principalmente em relação ao ódio às mulheres e a negritude, e o conceito de Arjun Appadurai, de identidades predatórias. Ou seja, as masculinidades hegemônicas e subalternas teriam ainda em comum traços, e manifestações de masculinidades predatórias, aquelas que tem a construção de sua identificação enquanto homens no ódio contra as mulheres, contra o feminino, e até contra identidades étnicas-raciais. Nesse sentido pensamos uma rede de apoio entre masculinidades, desde as colônias até as periferias, que está baseada na exploração das mulheres, de seu trabalho produtivo e reprodutivo (FEDERICI, 2004) no ódio às mulheres e ao feminino, se fundamentando na homofobia (KIMMEL, 1998; 2013) e vinculada



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

ainda a uma apresentação da violência e do extermínio, ou subjugação de grupos, para o estabelecimento de si mesmo enquanto poder. O que nomeamos aqui de ‘masculinidade predatória’ é também uma menção ao ‘pacto colonial’ entre colonizadores e colonizados, que longe de ser satisfatório para homens de periferia, negros e indígenas, é perverso, os mantém em proximidade a circuitos de morte e violência em nome da manutenção de um falso poder e honra. Valência Sayak (2010) descreve esse tipo de masculinidade como essencial para manutenção da necropolítica e do necropoder por ser altamente baseada em condutas de violência contra si e contra minorias como parte da construção identitária de si mesmo.

A história dos direitos sociais no ocidente, e desde a colonização, tem como norteadora para o estabelecimento de ‘cidadãos de direitos’ essa identidade masculina como fim a se chegar. Assim, a construção identitária colonial de homem-branco-cristão-hétero-com posses, diz respeito também a violência e hierarquização de outras identidades como parte de sua autoconstrução. Nesse sentido, a partir da colonização, para as vertentes decolonial e dos estudos subalternos, estaríamos diante de uma nova

forma de ser e estar no mundo, que foi forjada desde o assassinato e a dominação de milhares de pessoas, mas também de um pacto social para o beneficiamento de alguns, e da criação de estratégias de resistência ao genocídio colonial. Anibal Quijano (2005) e Maria Lugones (2008) apontam que ocorreram alterações na organização das autoridades locais, bem como nas relações de subjetividade nos países colonizadores e colonizados a ponto de serem reorganizadas. Federici (2004) informa que o ataque a mulheres mais velhas com a criação de que eram feiticeiras se deu em parte para controlar o poder comunitário que tinham em suas comunidades. Essa proposta de privilégio de um tipo de identidade têm sido amplamente discutida em distintas vertentes sociais sobre desigualdades econômicas e políticas, empobrecimento, direitos sociais e civis, por diversas vertentes feministas, dos estudos subalternos e dos estudos pós-coloniais. A partir desses estudos Quijano (2005) e Maria Lugones (2008) consideram que a construção de dualismos, nas ciências, na política, e na economia, fundamentam nosso entendimento de mundo e não por acaso, são constantemente invocadas ainda hoje para a revisão das hierarquias que sustentam



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pensamentos e posicionamentos políticos fundamentalistas.

Castro-Gómez (2005) e Beatriz Stephan (1996) apontam que com os estados-nação foram criadas escolas, universidades e demais instituições de ensino de forma em que os conflitos sociais entre grupos estivessem presentes nas instituições e sistemas jurídico por meio de leis e discursos de inferiorização. Antes mesmo da implementação da governabilidade no estados-nação que conhecemos hoje, os sistemas de racialização, exploração de trabalhos de pessoas escravizadas, a construção do trabalho das mulheres como gratuito, o saqueamento de bens e sociedades geraram o genocídio de milhares de populações e tornaram possível o estabelecimento de um pacto de unidade entre algumas identidades masculinas, tal como citam em seus trabalhos, Silvia Federici (2004), e Maria Lugones (2008). Esse pacto, por sua vez, merece visibilidade para futuras pesquisas em relação a sua influência sobre os cenários locais de crescimento e defesa de teorias anti-democráticas também nas periferias como vem levantando pesquisas de 2018 sobre o crescimento do conservadorismo no Brasil.

Os trabalhos de Federici (2004) sobre a construção do ódio contra as mulheres e de Maria Lugones (2008) sobre o estabelecimento do pacto social político com grupos subalternizados partem de uma releitura dos autores das vertentes decoloniais e são importante para considerações não só das relações de gênero, mas também de raça, que como indica Achille Mbembe (2014) e Valencia Sayak (2010), são fundamentais para a compreensão da constituição dos estados-nação e da política permissiva a necropolítica.

A necropolítica e o necropoder fazem parte dessa política de governabilidade colonial. Dizem respeito a uma epistemologia da violência e do ódio, sua midiaticização, consumo e incitação, por meio da criação de corpos e populações matáveis (MBEMBE, 2014; 2016; SAYAK, 2010) e são utilizados como conceitos para dar conta das práticas e discursos de violência explícitas que tem ganhado força e espaço social também na política.

A inserção de gênero que Maria Lugones dá a produção do conceito de 'sistema mundo moderno' é aqui utilizada com a inserção dos questionamentos sobre a racialização e o necropoder pensados por Mbembe (2014), e passamos a adotar o 'sistema mundo moderno



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

gênero e raça' por consideramos as leituras de Mbembe (2014), Sayak (2010) e Federici (2004) com amplitude teórica e vivencial ao recente cenário nacional local-global do aumento de morte violentas de populações negras, indígenas e mulheres e a exposição dessas mortes por meio da culpabilização. O conceito de local-global, utilizado aqui, faz referência a Walter Mignolo (2003; 2009) como uma postura de considerar a diferença colonial, revista e reescrita, em relação a permutabilidade das fronteiras, sendo os problemas locais dependentes das histórias globais, tal como o contrário também se aplica, e dizem nesse trabalho sobre a inserção do Brasil em um cenário de fortalecimento de fundamentalismos, perseguição e violência mundiais.

Os holofotes sobre os estudos de masculinidade e branquitude nas análises do cenário político brasileiro

Com esse trabalho teórico utilizamos o pensamento social como ferramenta de informação sobre os desdobramentos no intercurso social e político do país. Por meio do mapeamento de textos, e produções sobre o cenário atual, consideramos a utilização de

de

alguns conceitos como o de sistema mundo moderno de gênero e raça, o de necropolítica e necropoder para apontar fatores no fortalecimento de identidades predatórias, tal como nomeadas por Arjun Appadurai (2006), que identificamos no Brasil, principalmente como as de masculinidades predatórias. Nesse sentido, ainda que de base documental, nossa proposta diz respeito ao estudo e mapeamento de argumentações e reverberações de um contexto social conflitivo em que até mesmo a produção acadêmica tem sido colocada em uma situação de dificuldade e desvalorização diante do crescimento de fundamentalismos. Entendemos então que as reflexões e construções sociais deste contexto podem servir ao fortalecimento de novas interpretações e portanto ao fortalecimento não apenas de áreas de pesquisa, mas também de forma mais ampla favorece a construção de materiais para avaliação e consulta. Assim, esse momento e espaço de silenciamento de pesquisas por suas temáticas demonstra a produção de saber como uma das ferramentas em disputa, que tem sido amplamente desqualificada quando não satisfatória aos interesses políticos e econômicos envolvidos. A importância dessas pesquisas de cunho teórico, tal como as de cunho empírico, estão em sua potencialidade na criação de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

possibilidades e direções mais ampliadas, tal como descreve Norbert Elias (2008), o estudo da produção de conhecimento, na sociologia do conhecimento, demonstra: a relação entre as mudanças sociais de longo prazo e a produção de saber; que a produção é interligada aos conflitos e contextos sociais de forma em que o conhecimento é; produzido continuamente graças as complexidades que o afetam e que por ele são afetadas (ELIAS, 2008).

Estudos mais detidos das relações de masculinidade e branquidade com o racismo estrutural e os pactos sociais entre distintos grupos sociais têm uma história de ausências que necessitam de rompimento e desconstrução, bem como de visibilidade de resistências. Nesse contexto são perguntas desse trabalho: como o necropoder e a necropolítica, propostas políticas de violência exacerbada, tem se tornado emergentes na produção coletiva de discursos políticos? Por que a necropolítica ganha força e apoio em distintas populações que são diretamente afetadas por ela? Como tem acontecido o fortalecimento de masculinidades predatórias? Quais masculinidades subversivas tem surgido? São algumas das perguntas que nos

norteiam, ainda que nós mesmas não tenhamos uma pretensão de resposta.

Achille Mbembe (2016) ao dizer que passamos pelo ‘fim da era do humanismo e início da era do ódio’ sugere a necessidade de estudos mais aprofundados na própria ciência e em nosso cotidiano contra o fortalecimento do que seriam ações de violência para gerar medo e silenciamento em um processo de perda de direitos que é fundamental na sustentação do neo-capitalismo. Esse neo-capitalismo, tal como seu fortalecimento desde a colonização e a industrialização, é mantido, como descreve Silvia Federici (2004), pela exploração de trabalho de mulheres e de bens naturais. Nessa nova leitura do repetitivo processo de fortalecimento do capitalismo não é novo que direitos sociais trabalhistas, das mulheres, das populações negras, indígenas, e da natureza sejam desmontados. A novidade tem sido nomear esse processo de retirada de direitos de forma mais explícita à ‘raiva dos homens brancos’, como indicam os estudos de Michael Kimmel (2013) e Omar Encarnacion (2017), ao descrever o processo atual como uma contra-reação de masculinidades hegemônicas/ brancas, ou seja, construídas a partir do privilégio e da subjugação do



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

feminino para sua construção de honra e poder.

Ler essa perspectiva de masculinidade predatória a partir do ódio às mulheres também têm efeito explicativo sobre o crescimento de discursos políticos contra direitos sexuais e reprodutivos que estão desencadeando críticas contundentes a participação das mulheres na política e em cargos de representações de poder. O que poderia ser uma onda de ‘feministas voltem para suas casas’ tem sido antes a construção de uma rede entre identidades masculinas que têm em comum serem predatórias, ou seja, se reconhecerem em algum pressuposto de manutenção de si mesmos por meio da violência, agressão, ou subordinação ao que leem como feminino. A leitura de algumas autoras e autores sobre o atual cenário é de que aconteceu uma explosão de fundamentalistas no Brasil, a partir de 2015, no impeachment. Mas longe de ser um processo isolado, quando pensado em conjunto as guerras civis e declaradas e análises sobre o aumento de eleições político partidárias de candidatos com discursos fundamentalistas, anti-direitos sociais e civis, se mostra como parte de um processo maior, com nosso local, nossa história política

nacional, sendo retratada como parte do global. A onda fundamentalista, também nomeada de ‘neofascismo’ têm levantado discussões teóricas sobre a separação entre biopoder e necropoder, tratados por Mbembe (2014) e Sayak (2010), como aquilo em que se controla o que pode viver e a produção e escolha daquele que pode / deve morrer. Mas ainda que a necropolítica e necropoder sejam teoricamente mais amplamente utilizados para descrever situações de alta violência, tem merecido especial atenção sua aplicação explicativa entre o acirramento de direitos a mulheres e populações negras e a governabilidade estatal. Nesse sentido, as votações em curso nos últimos 6 anos tem apontado um movimento global do pacto social do racismo estrutural com a masculinidade predatória, o mesmo pacto da colonização. É desse pacto, e dessa masculinidade que nos atentamos, ainda diante de sua complexidade.

Adentrando as releituras das masculinidades coloniais

As comemorações pós-vitória Bolsonaro tomaram o corpo do que vimos crescer durante o período eleitoral e mesmo antes disso. Homens armados de suas performances



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

viris saíram às ruas e apostaram na exacerbação dos discursos conservadores que fortalecem o terrorismo moral frente às questões de gênero, sexualidade e aborto, demonstraram que tais argumentos não se articulam com a defesa do caráter democrático do Estado. Sônia Corrêa em um artigo recente, apontou que o problema não é Bolsonaro. “O problema somos nós, a sociedade como efeitos das camadas mais profundas e entrincheiradas de racismo, classismo, heteropatriarcalismo e autoritarismo agora ativadas e convertidas em retórica e em ação que não são só visíveis, mas muitas vezes, virilizadas (2018, p. 3).

Como fruto de uma sociedade colonial pautada na pilhagem do próprio território para o desenvolvimento de elites sociais, o projeto político de democracia racial volta a tona nos discursos e recursos de uma representação masculina da religiosidade, representatividade e política.

As legítimas frustrações dos amplos setores da sociedade com o Partido dos Trabalhadores, foram moldadas de forma discursiva midiática a ponto de terem sucesso na promoção do ódio ao partido. Tomando em particular a crítica a corrupção, um tema que, nas Jornadas de 2013, irrompeu no debate

político em associação com outras reivindicações como mobilidade urbana, educação e saúde, a grande mídia capturou e tornou hiperbólico não só as manifestações mas as impulsionaram as formações de direita que ganharam visibilidade nos protestos de 2015- 2016 em torno do impeachment de Dilma Rousseff (CORREA, 2018, p. 3)

O impeachment por sua vez, ainda que construído sobre razões múltiplas, ganhou força a partir de manifestações de ódio, profundamente arraigadas na estrutura social brasileira, por meio de protestos e utilizações sexistas da representação feminina, e deram o pontapé inicial a um processo de eleição pautado na masculinidade pela honra, pela ‘organização e retomada do poder’ (ENCARNACION, 2017).

Tudo isso recebeu suporte estrondoso do uso das redes sociais, principalmente do aplicativo Whatsapp, da mesma maneira que essa estratégia foi usada nas eleições de Trump em 2016. Além disso, não é excepcional ao Brasil essa guinada da população aos discursos mais conservadores. No caso da sociedade tupiniquim, alguma movimentação em relação a uma possível restauração conservadora, se deu desde meados dos anos 2000, quando as políticas públicas e o debate legal em torno ao direito ao aborto e aos direitos sexuais se



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

tornaram mais possíveis e palpáveis (CORREA, 2018) Conjunto a essas ações, toda a discussão de cotas raciais, e sua implementação, sofreu duras críticas sociais sendo acompanhadas por uma retomada do discurso de democracia racial. Em vários aspectos, esse discurso marca a retomada política do ‘senhor de engenho’ que traria a ordem ao caos.

O esforço das novas análises segue essa direção: como o mundo vem cedendo a governos autoritários e à extrema-direita sem

se preocupar com os direitos fundamentais? Segundo Appadurai (2018) e Mbembe (2016) algumas explicações podem ser encontradas na combinação de um pensamento nacionalista extremista com políticas marcadamente neoliberais. As características desses novos modelos políticos também resultam em número sem precedentes de agressões às liberdades sexuais, religiosas, culturais e artísticas, como é o caso da Índia (APPADURAI, 2018, p. 4).

Toda essa discussão se entrelaça diretamente ao tom misógino e racista encarnado no discurso dessa nova extrema-direita, e desvela

o pacto social entre as elites e as populações de baixa-renda, principalmente homens, que também são capturadas pelo que seriam seu direito de exercer honra e privilégio. O aumento de prestígio das forças que detêm a violência de estado são um dos principais suportes as eleições e ao convencimento de opiniões, que veem a solução de seus problemas na segurança pública a partir do uso da violência. Nos Estados Unidos, a grande retórica de Trump se conformou na mensagem “Make America Great Again”, referida, segundo Appadurai, aos americanos brancos que sentem ter perdido seu domínio econômico e político para negros, latinos e migrantes de todos os tipos. E isso é o que todos os novos líderes autoritários possuem em comum: prometem a purificação da cultura nacional como um caminho para o poder político global (APPADURAI, 2017, p. 5).

Esse posicionamento amigável ao capitalismo neoliberal e global revela que todo estado-nação perdeu sua capacidade em manter uma soberania econômica, - o que Appadurai chamou de crise da soberania nacional - de modo que todos dependem de outros estados economicamente, transportando a noção de soberania econômica à cultura.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Nessa perspectiva, o que se vê é que aceitação e a elegibilidade desses novos atores da política mundial se dá por vias democráticas, ou seja, pelo voto, apresentando uma nova cultura política e cultural capaz de sufocar a própria democracia em nome de um certo aumento da riqueza de seus cidadãos - ou da ilusão de que terão mais acesso a produção do trabalho. Appadurai exemplifica bem isso ao demonstrar como alguns líderes exploram a falhas da democracia para impor políticas neoliberais e pensamentos autoritários. (2018, p. 7)

Nesse cenário de “democracia fadigada”, Bolsonaro utiliza a noção de soberania econômica para empurrar enormes contingentes da população para a sub-representação política e também para desamparo social e protetivo dos direitos fundamentais. A utilização do discurso da instabilidade econômica gera força na sociedade para fortalecer a invisibilidade das minorias e suas demandas. O desprezo notável do presidente eleito, na época presidencial, diante do assassinato de Marielle Franco, demonstra como a política de extermínio revela a sobrevivência da matriz colonial no Brasil contemporâneo. É

nessa corrente que queremos demonstrar que a democracia torna-se menos viável quando o racismo não é reconhecido, da mesma forma que a masculinidade predatória pressupõe e estimula uma ínfima presença de mulheres atuando na política ou o menosprezo dessa atuação. Na perspectiva do pensamento mbembiano, o aspecto a ser destacado é: democracia e neoliberalismo parecem ser inconciliáveis.

Também é inevitável pensar nas transformações que as ordens do gênero e da sexualidade tiveram lugar durante o período da redemocratização. Algumas autoras (CORREA, 2018, MESSEMBERG, 2017) identificam a guinada à direita da política brasileira, como uma reação a essas transformações expressas em indicadores demográficos tais como “níveis de educação feminina e participação no trabalho, declínio da fecundidade e mudanças profundas nas estruturas familiares, mas também no âmbito jurídico e legal e, sobretudo, de novos modos e expressões de estar no mundo da vida.” (CORRÊA, 2018, p. 5)

As reações de caráter masculinista aos movimentos identitários e feministas, foram também apreciados pelas antropólogas Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco, em uma pesquisa etnográfica feita



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

entre jovens do “Morro”, a maior periferia de Porto Alegre. O presidenciável se tornou um símbolo “quase totêmico”, ou uma “marca” sobretudo para jovens rapazes insatisfeitos com mudanças culturais trazidas pelo feminismo, “o retorno a uma posição de poder masculina” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018). Por outro lado, durante o percurso da pesquisa, que havia começado na era lula, as pesquisadoras notaram que houve uma transformação nas subjetividades juvenis masculinas, deslocadas da esperança para o ódio, devido ao fracasso da política de consumo, que nos termos de Appadurai, a capacidade de aspirar se alargava “já que a agência do consumo reside justamente na possibilidade de abrir uma janela através da qual se imagina um mundo melhor.” (PINHEIRO - MACHADO; SCALCO, 2018)

O consumo de fato ofereceu reconhecimento àqueles que reivindicavam um lugar ao sol em uma economia de mercado, mas depois de fechadas as portas do crédito a essa população, a revolta retornou às cabeças dos que já viviam num mundo estruturalmente desigual e violento. A simbologia das armas, conjugada junto a ampliação do acesso ao porte, também teve tema central nos estudos sobre esse ethos masculino e na construção da

figura do “super macho” construída nas periferias e nas classes médias. A relação de entrelaçamento do necropoder com a masculinidade tem exibido a face promotora dessa nova organização social, que por um lado evoca a família e a ordem, e por outro o faz por meio da exibição da morte e da violência, criando uma identidade do mais forte, que detém o poder de matar e expor (SAYAK, 2010).

Para Sônia Corrêa, as forças de mercado que acionaram a campanha de Bolsonaro, foram a grande condutora da vitória do ex-capitão, embora essa corrente tenha sido atribuída ao antipetismo, a anticorrupção e pela retórica moral fanática a respeito de gênero, sexualidade e aborto, “disseminadas por uma vasta e eficiente rede cibernética.” (CORRÊA, 2018).

Enquanto isso o Brasil convive com elevadas estatísticas cotidianas praticadas contra as mulheres, o que resulta em um destaque perverso no cenário mundial: é o quinto país com maior taxa de homicídio de mulheres. (Dossiê Instituto Patrícia Galvão, 2015)

De toda forma, restaurar a ordem masculinista- racista colonial é o grande movimento de agora. Um movimento que retoma como nunca antes ser um sistema mundo moderno de gênero e raça. Nessas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

condições atuais, os apelos à algum tipo de “normalização” é vivido não somente pelas espaços institucionais do poder, mas também pelos atores do tecido social contaminados por esse jogo de mão-dupla que não se arrefece com os novos discursos de Jair Bolsonaro, mesmo antes do dia eleição, dos quais tomaram um tom mais “democrático”.

Referências

APPADURAI, Arjun. Democracy Fatigue. In: *The great regression*. Cambridge: Polity Press, 2017. P. 1-12.

APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número*. In: *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. Trad.: GOLDBERG, Ana. Iluminuras, São Paulo, 2006, p. 45-67.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista de estudos feministas*, Florianópolis, n. 21, p. 241-282, 2013.

CORRÊA, Sônia. *Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita?* Sexuality Policy Watch, 2018. Trad.: Angela Freitas.

Disponível em
<<https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/upload>

s/sites/2/2018/11/Sonia-Corr%C3%AAa_A-cat%C3%A1strofe-perfeita.pdf>

STEPHAN, Beatriz González. Economías fundacionales, diseño del cuerpo ciudadano. In: STEPHAN, Beatriz Gonzalez (org.). *Cultura y Tercer mundo*, 2. Nuevas ideas y ciudadanías. Caracas: Nueva Sociedad. 1996, p. 17-47.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Trad.: Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, p. 169-186. 2005.

CURIEL, Rosa Inés Curiel Pichardo (Ochy). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, Colombia, n. 26, p. 92-101, 2007.

ENCARNACION, Omar G. *The patriarchy's revenge: how retro-macho politics doomed Dilma Rousseff*. *World Policy Journal*, volume 34, number 1, spring 2017, pp. 82-91.

FEDERICI, Silvia. *El calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Prefácio e introdução. *Traficantes de Sueños*, 2010 [2004].

KIMMEL, Michael. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 4m p. 103-117, 1998.

KIMMEL, Michael. *Angry white men: American masculinity at the end of an era*. Nation Books: New York, 2013.

LUGONES, María. Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter (Org.). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2008. p. 13-54.

MESSENBERG, Débora. *A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros*. *Revista Sociedade e Estado*, volume 32, numero 3, setembro/dezembro 2017. P. 621-639.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. *Arte & Ensaios*, n. 32, 2016, p. 123-151.

_____. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

_____. El lado más oscuro del Renacimiento. Trad.: GARCÍA, Martha Cecilia V. *Universitas Humanística*, Bogotá, n. 67, p. 165-203, 2009.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgar (Org.). *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

VALENCIA TRIANA, Sayak, *Capitalismo Gore*. Melusina, Barcelona, 2010.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucy Mary. *Da esperança ao ódio. Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo*. In: *Revista Instituto Humanas Unisinos On-Line*, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/5833-54-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>>

Acesso em 8, nov. 2018.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero